

Avaliação Educacional: análise teórica sobre a avaliação de larga escala/SAEB

Maria Eunice Ribeiro Machado

Mestranda em Ciências da Educação pela FICS -PY
eunice.prelindinha@gmail.com

Sandra Karina M. Vale

Doutora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação - FICS -PY
karinamendes2232@gmail.com

Resumo

Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado em andamento na qual apresenta um estudo teórico sobre as avaliações no sistema educacional, com foco na Avaliação em Larga Escala no Brasil, especialmente no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Considerando que a avaliação educacional tem se tornado central nas discussões sobre qualidade e equidade no ensino, a pesquisa busca compreender sua evolução e os múltiplos papéis que pode desempenhar no processo de ensino-aprendizagem. Através de uma revisão bibliográfica, o estudo analisa o desenvolvimento histórico da avaliação escolar, desde sua concepção tradicional, voltada à mensuração de resultados quantitativos, até abordagens mais recentes, que valorizam aspectos qualitativos. A investigação também examina as características e implicações do SAEB, discutindo suas três gerações e os fundamentos teóricos que o sustentam. A pesquisa fundamenta-se em autores como Saul (1980), Luckesi (2018), Bonamino e Sousa (2012), Stoco (2006), entre outros que contribuem para o debate sobre a função da avaliação como instrumento de melhoria da educação pública brasileira. Os resultados da pesquisa evidenciam que, a avaliação era vista como um instrumento de mensuração do aprendizado, focando em resultados quantitativos e na aplicação de testes padronizados. Entretanto, abordagens contemporâneas enfatizam a avaliação formativa, que considera o processo de aprendizado como um todo, incluindo aspectos qualitativos e contextuais.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Avaliação em Larga Escala. SAEB.



Recebido em: mar. 2025. Aceito em: julho. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.675

Ambiente, educação e sociedade: pautas convergentes

Setembro, 2025, v. 3, n. 30

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Educational Assessment: theoretical analysis on large-scale evaluation/SAEB

Abstract

This article is an excerpt from my ongoing master's dissertation in which I present a theoretical study on evaluations in the educational system, focusing on Large-Scale Evaluation in Brazil, especially in the Basic Education Evaluation System (SAEB). Considering that educational evaluation has become central in discussions about quality and equity in teaching, the research seeks to understand its evolution and the multiple roles it can play in the teaching-learning process. Through a literature review, the study analyzes the historical development of school evaluation, from its traditional conception, aimed at measuring quantitative results, to more recent approaches, which value qualitative aspects. The investigation also examines the characteristics and implications of SAEB, discussing its three generations and the theoretical foundations that underpin it. The research is based on authors such as Saul (1980), Luckesi (2018), Bonamino and Sousa (2012), Stoco (2006), among others who contribute to the debate on the function of evaluation as an instrument for improving Brazilian public education. The results of the research showed that the assessment was seen as an instrument for measuring learning, focusing on quantitative results and the application of standardized tests. However, contemporary approaches emphasize formative assessment, which considers the learning process as a whole, including qualitative and contextual aspects.

Keywords: Educational Evaluation. Large-Scale Evaluation. SAEB.

Evaluación educativa: análisis teórico de la evaluación a gran escala/SAEB

Resumen

Este artículo es un extracto de mi tesis de maestría en curso en la que presento un estudio teórico sobre evaluaciones en el sistema educativo, con enfoque en la Evaluación a Gran Escala en Brasil, especialmente en el Sistema de Evaluación de la Educación Básica (SAEB). Considerando que la evaluación educativa se ha vuelto central en las discusiones sobre calidad y equidad en la enseñanza, la investigación busca comprender su evolución y los múltiples roles que puede desempeñar en el proceso de enseñanza-aprendizaje. A través de una revisión de la literatura, el estudio analiza el desarrollo histórico de la evaluación escolar, desde su concepción tradicional, orientada a la medición de resultados cuantitativos, hasta enfoques más recientes, que valoran aspectos cualitativos. La investigación también examina las características e implicaciones de SAEB, discutiendo sus tres generaciones y los fundamentos teóricos que la sustentan. La investigación se basa en autores como Saul (1980), Luckesi (2018), Bonamino y Sousa (2012), Stoco (2006), entre otros, que contribuyen al debate sobre la función de la evaluación como instrumento para mejorar la educación pública brasileña. Los resultados de la investigación mostraron que la evaluación fue vista como un instrumento para medir el aprendizaje, centrándose en los resultados cuantitativos y la aplicación de pruebas estandarizadas. Sin embargo, los enfoques contemporáneos enfatizan la evaluación formativa, que considera el proceso de aprendizaje como un todo, incluidos los aspectos cualitativos y contextuales.

Palabras clave: Evaluación Educativa. Evaluación a Gran Escala. SAEB.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa resulta de um estudo teórico sobre as avaliações no sistema educacional, partindo do entendimento de que esse tipo de avaliação tem se consolidado como um tema central nas discussões sobre qualidade e equidade da educação em diversas partes do mundo.

A avaliação da aprendizagem escolar é um campo amplo, sujeito a diferentes interpretações ao longo do tempo. Tradicionalmente, foi compreendida como um instrumento voltado à mensuração do desempenho acadêmico dos estudantes, com ênfase em resultados quantitativos, como provas e notas. Contudo, essa visão tem se ampliado, incorporando também aspectos qualitativos do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, refletir sobre a avaliação no contexto escolar exige considerar sua função como ferramenta de apoio à tomada de decisões voltadas ao aprimoramento do ensino e da aprendizagem. Para isso, é necessário estabelecer objetivos claros e compreender os diferentes papéis que a avaliação pode desempenhar.

O objetivo geral deste artigo é analisar os estudos sobre a avaliação no sistema educacional brasileiro, com ênfase na Avaliação em Larga Escala, em especial o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A partir de uma ampla revisão teórica, a pesquisa busca alcançar os seguintes objetivos específicos: explorar o contexto histórico da avaliação educacional e discutir as particularidades do SAEB.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, por se tratar de uma abordagem fundamentada na análise e interpretação de fontes já publicadas, como livros, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros documentos. Essa estratégia é essencial para sustentar teoricamente a pesquisa, contextualizar a problemática estudada e identificar lacunas existentes no conhecimento. O estudo apoia-se em autores como Saul (1980), Luckesi (2018), Bonamino e Sousa (2012), Stoco (2006), entre outros.

O texto apresenta uma estrutura organizada, iniciando com a discussão sobre as concepções de avaliação educacional. Na sequência, é realizada uma

análise da avaliação em larga escala, com destaque para as três gerações desse modelo avaliativo. O estudo também contempla algumas teorias relacionadas ao SAEB. Por fim, nas considerações finais, são retomados os principais pontos discutidos ao longo do artigo, com a finalidade de verificar se os objetivos propostos foram alcançados.

CONCEPÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Atualmente, a avaliação é entendida como uma prática multifacetada que busca não apenas mensurar resultados, mas também compreender os processos de aprendizagem, promover o desenvolvimento integral do estudante e informar decisões pedagógicas. Essa abordagem mais ampla valoriza a diversidade de metodologias avaliativas, que incluem autoavaliação, avaliação formativa e somativa, além de considerar contextos sociais e emocionais. Assim, comprehende-se que, a avaliação educacional se torna um instrumento fundamental para o aprimoramento do ensino, a formação de cidadãos críticos e a promoção de uma educação mais inclusiva e significativa.

Saul (1980) discute a importância da avaliação educacional como um processo fundamental para compreender e melhorar o ensino e a aprendizagem. Ela destaca que a avaliação vai além da simples aplicação de provas e deve englobar diferentes dimensões do aprendizado, incluindo aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

Na ação escolar, a avaliação incide sobre ações ou sobre objetos específicos - no caso, o aproveitamento do aluno ou nosso plano de ação. Avaliação, portanto, não pode ser confundida, como por vezes se faz, com o momento exclusivo de atribuição de notas ou com momentos em que estamos analisando e julgando o mérito do trabalho que os alunos desenvolveram. Vale dizer que a avaliação recai sobre inúmeros objetos, não só sobre o rendimento escolar (Saul, 1980, p. 61).

A autora argumenta que a avaliação deve ser contínua e formativa, promovendo o *feedback* e a reflexão tanto para alunos quanto para educadores. Além disso, enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada, que considere as especificidades dos alunos e o ambiente escolar para que a avaliação contribua efetivamente para o desenvolvimento educacional.

A literatura educacional destaca uma ampla gama de tipos de avaliação, o que leva algumas pessoas a descreverem-na como um casaco de várias cores. Essa expressão simboliza a diversidade presente nas avaliações, que vão desde as mais conhecidas, como a avaliação da aprendizagem escolar e do rendimento dos alunos, até formas de avaliação de cursos, programas, projetos, currículos, sistemas educacionais e políticas públicas (Saul, 1994).

Luckesi (2018) fala também da importância do papel do educador no processo avaliativo, na qual reforça que:

O educador em sala de aula é a figura central no sistema de ensino, ainda que, numa escala descendente, ele seja o seu último componente; após ele somente o estudante, que representa o componente único do sistema aprendente. Ele tem papel central devido ao fato de que é ele quem realiza a mediação entre todos os componentes do sistema de ensino e o estudante. A aprendizagem e o desenvolvimento do estudante, resultados efetivos da educação formal, dependem de sua atuação profissional (Luckesi, 2018, p. 206).

Concorda-se com o autor, pois, embora o educador possa estar em uma posição considerada "inferior" na estrutura do sistema educacional, sua função é essencial para a conexão entre teoria e prática, e sua ação tem um impacto direto e significativo na aprendizagem dos alunos.

Saul (1994) conduziu uma pesquisa com educadores a pedido de diversos órgãos públicos, com o objetivo de avaliar o rendimento escolar na intenção de modificar o sistema de avaliação da aprendizagem, colocado como uma das necessidades das escolas. Os resultados revelaram que:

Os professores consideravam a avaliação da aprendizagem um problema crítico; não estavam satisfeitos com a avaliação realizada e queriam mudá-la. Essa colocação eu a tenho visto repetida em várias pesquisas da Universidade e de órgãos públicos. Os professores não estão satisfeitos (salvo exceções) com a avaliação que fazem. Querem melhorar o processo de avaliação e, mais ainda, consideram que mudando a avaliação melhora-se a qualidade de ensino (SauL 1994, p. 63).

Diante da visão da autora podemos afirmar a insatisfação dos professores em relação às práticas de avaliação da aprendizagem. Segundo Saul (1994), essa percepção é comum em várias pesquisas, indicando que muitos educadores acreditam que a avaliação atual é problemática e insatisfatória. Os professores desejam reformular o processo de avaliação, pois acreditam que, ao melhorar a forma como avaliam, também se poderá elevar a qualidade do

ensino. Em resumo, a citação evidencia a importância da avaliação como ferramenta crucial para a educação e a vontade dos educadores de aprimar-la.

De acordo com Luckesi (1994), a falta de clareza sobre o significado da avaliação e suas implicações pedagógicas faz com que tanto professores quanto alunos experimentem práticas avaliativas que podem ser, por vezes, positivas ou negativas, mesmo que não tenham consciência disso. O professor molda sua prática com base em sua percepção do mundo e da educação, e essa perspectiva se reflete nas suas interações com os alunos e na abordagem do conhecimento.

Sant'Anna (2013) destaca que a avaliação da aprendizagem, entendida como um processo de conscientização da prática educativa, assumiu diversas funções ao longo do tempo, dependendo do contexto histórico, do modelo de sociedade e do tipo de educação implementada. Portanto, para entender como a avaliação é concebida dentro do sistema educacional brasileiro, é fundamental realizar uma análise histórica.

Nesse contexto, abordar a avaliação no ambiente escolar implica considerar a tomada de decisões que visem aprimorar tanto o ensino quanto a aprendizagem dos alunos. Refletir sobre como orientar a avaliação nesse sentido requer a definição de objetivos claros e a análise das funções que essa avaliação deve desempenhar.

Luckesi (2005) analisa o contraste entre as características da avaliação da aprendizagem e as experiências observadas nas escolas. Segundo ele, o que ocorre nas instituições de ensino é, na verdade, a aplicação de exames. Isso se deve ao fato de que as dificuldades enfrentadas pelos alunos não são diagnosticadas para orientar uma intervenção adequada; em vez disso, essas dificuldades são apenas classificadas, visando à aprovação ou reprovação dos estudantes.

Entende-se a avaliação como um recurso subsidiário da ação. Ela alia-se e serve ao projeto de ação, tendo em vista mostrar seus efeitos positivos, suas fragilidades, assim como as necessidades de correção, caso se deseje chegar aos resultados previamente definidos. A avaliação, nessa perspectiva, é uma aliada necessária do projeto e da sua gestão, enquanto recurso que investiga a

qualidade dos resultados que estão sendo obtidos com os investimentos realizados e, se necessário, subsidiando correções de rumo. Para Hoffmann (2001, p. 27).

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, porque não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a progredir sempre (Hoffmann, 2001, p. 47).

A autora ressalta, portanto, que a avaliação educacional não deve se focar apenas na compreensão imediata de todos os alunos sobre um conteúdo ou na uniformidade do aprendizado em grupo. Em vez disso, enfatiza que cada estudante tem um ritmo e um percurso de aprendizagem únicos, sem retrocessos. Portanto, o papel do professor deve ser observar e valorizar essa diversidade, incentivando cada aluno a continuar sua evolução, respeitando suas individualidades.

Fato que conduz a estar epistemologicamente ciente de que o ato de avaliar, em si, como investigação da qualidade da realidade, se encerra com a “revelação de sua qualidade” [...] o que implica que a “tomada de decisão” pertence ao âmbito da gestão da ação e não de sua avaliação (Luckesi, 2018, p. 27).

Percebe-se a partir da visão de Luckesi (2018) a diferença entre avaliar e tomar decisões. Para ele, avaliar envolve investigar e compreender a qualidade de algo, chegando a uma conclusão sobre essa qualidade. Contudo, essa análise se conclui com a revelação dessa qualidade e não inclui diretamente a ação que deve ser tomada a partir dessa avaliação. Assim, a decisão sobre o que fazer é uma questão de gestão, que vai além da simples avaliação, sendo uma ação prática que utiliza as informações obtidas na avaliação.

No entanto, a avaliação, como a vejo, pode ser uma "grande janela", através da qual podemos entrar e alterar as nossas práticas cotidianas, ou seja, o nosso projeto pedagógico. Com isso queremos significar que através da janela da avaliação é possível alterar o que desenvolvemos na sala de aula, a relação com os colegas da Escola, prevendo a própria concepção da Escola como um todo. É possível, portanto, através da preocupação com a avaliação, trabalhar no sentido de revisão do projeto pedagógico (Saul, 1994, p.65)

A reflexão de Saul (1994) enfatiza a avaliação como uma ferramenta fundamental para a melhoria das práticas pedagógicas. Ela é comparada a uma grande janela que permite observar e repensar as atividades e relações no ambiente escolar. Isso sugere que, ao refletir sobre os processos de avaliação, educadores podem identificar aspectos que precisam ser modificados ou aprimorados, não apenas em suas aulas, mas também nas interações com os colegas e no funcionamento geral da escola. Assim, a avaliação se torna um meio de promover a revisão e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico, contribuindo para um ambiente educacional mais eficaz e integrado.

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: AS TRÊS GERAÇÕES

As avaliações de larga escala, que têm como objetivo mensurar o desempenho dos alunos em larga escala, são frequentemente utilizadas como ferramentas de diagnóstico e planejamento educacional. Estas avaliações, que incluem testes padronizados, buscam oferecer uma visão geral sobre a eficácia dos sistemas de ensino, permitindo comparações entre diferentes regiões e contextos.

Em 2001, a promulgação da Lei nº 10.172 instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), fruto da participação ativa da sociedade, associações e entidades educacionais. Apesar das críticas que recebeu, a elaboração do PNE ocorreu por meio de um processo democrático, que assegurou ampla discussão. Desde sua implementação, o plano enfatiza a relevância dos sistemas de avaliação em todos os níveis de ensino. Sua proposta busca desenvolver sistemas de informação e avaliação para as diversas modalidades de ensino, com o intuito de aprimorar a coleta e a disseminação de dados, além de melhorar a gestão e a qualidade da educação.

No que tange ao Ensino Fundamental, o PNE reafirma a importância de consolidar e aprimorar tanto o Censo Escolar quanto o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), além de propor a criação de sistemas complementares nos estados e municípios. As metas e objetivos do PNE também incluem a

articulação das funções de supervisão e inspeção no sistema de avaliação, ressaltando a importância de:

Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos, mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos estados e municípios que venham a ser desenvolvidos (Brasil, 2001, S/P).

Nota-se a importância de melhorar continuamente o desempenho dos alunos nas escolas. Para atingir esse objetivo, é essencial implementar um programa de monitoramento em todos os sistemas de ensino, que utilize indicadores estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, além de sistemas de avaliação específicos desenvolvidos por estados e municípios. trata-se de uma proposta para criar um mecanismo de avaliação que permita acompanhar e aprimorar a qualidade da educação de forma sistemática e integrada.

De acordo com Dias Sobrinho (2002), a importância da avaliação está diretamente relacionada ao poder que ela exerce, o que explica seu destaque em praticamente todas as áreas da intervenção social atualmente. É fundamental reiterar essa ideia para evidenciar que a avaliação não se limita apenas ao contexto escolar ou educacional. Na verdade, ela transcende esses setores e, gradualmente, tem ampliado suas aplicações e impactos nos campos econômico e político. O autor reforça essa argumentação ao assinalar que, nos países modernos, a avaliação é uma ferramenta essencial utilizada para implementar reformas do Estado.

A avaliação em larga escala se tornou um instrumento significativo de poder, conforme observou Sordi (2002), e passou a receber forte apoio das mídias. Essa centralidade das avaliações possibilitou uma melhor compreensão de diferentes instrumentos, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além disso, inclui também as avaliações na Educação Superior, como o Exame Nacional da Educação Superior (ENADE) e a Avaliação da Pós-Graduação realizada pela CAPES.

Bonamino e Sousa (2012) destacam que, o impacto dessas avaliações, pode ser compreendido ao analisar as três gerações da avaliação educacional de larga escala no Brasil. A primeira geração focou na realização de diagnósticos relacionados à qualidade da educação. De acordo com Freitas (2007, p. 51):

[...] foram necessárias mais ou menos cinco décadas para que a avaliação (externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino) viesse a ser introduzida como prática sistemática no governo da educação básica brasileira. (Freitas, 2007, p. 51).

Percebe-se, deste modo, que levou aproximadamente cinquenta anos para que a avaliação externa e em larga escala, focada no desempenho dos alunos e na eficácia dos sistemas de ensino, se tornasse uma prática sistemática na gestão da educação básica no Brasil. Isso sugere que o processo de implementação de métodos de avaliação estruturados e consistentes foi gradual e reflete um desenvolvimento histórico na abordagem educacional do país. A avaliação é vista como um componente importante para monitorar e aprimorar a qualidade da educação.

Assim sendo, desconsiderar a relevância da avaliação de larga escala, sobretudo no Brasil, seria leviandade e injustiça, principalmente porque ela representa não só aqui, mas em muitos países, uma ação eficaz de reestruturação da Escola e do Sistema de Educação, capaz de definir critérios essenciais pelos quais se deve compreender a qualidade do trabalho educacional (Sousa; Ferreira, 2019, p. 16).

Compreende-se que a avaliação de larga escala é um importante componente das políticas educacionais, utilizado para medir e monitorar a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos em um contexto mais amplo. Historicamente, essa avaliação passou por três gerações distintas, cada uma com características, objetivos e metodologias específica.

No Brasil, avaliações de primeira geração são aquelas cuja finalidade é acompanhar a evolução da qualidade da educação. De um modo geral, essas avaliações divulgam seus resultados na Internet, para consulta pública, ou utilizam-se da mídia ou de outras formas de disseminação, sem que os resultados da avaliação sejam devolvidos para as escolas. (Bonamino; Sousa, 2012, p. 375)

A primeira geração de avaliações educacionais no Brasil tem um foco específico na análise diagnóstica da qualidade do sistema educacional. Esse tipo de avaliação busca compreender e identificar as características e o desempenho

da educação oferecida nas escolas brasileiras. No entanto, é importante ressaltar que essas avaliações não têm o efeito de gerar consequências diretas para as instituições de ensino ou para os conteúdos do currículo. Isso significa que, apesar de fornecer informações valiosas sobre a situação educacional, elas não resultam em mudanças obrigatórias ou imediatas nas práticas escolares ou nas diretrizes de ensino.

A primeira geração de avaliação de larga escala, focava na coleta de dados sobre o desempenho escolar em larga escala. Avaliações como testes padronizados foram realizar para entender o nível de conhecimento dos alunos em disciplinas específicas, como matemática e língua portuguesa. Uma das intenções era comparar resultados entre diferentes escolas, regiões e até países.

As avaliações de segunda geração, por sua parte, incluem não apenas a divulgação pública, mas também o retorno dos resultados para as escolas, sem que isso acarrete consequências diretas. Neste contexto, as consequências são de natureza simbólica e resultam da divulgação e da apropriação das informações sobre os resultados escolares por parte dos pais e da sociedade. Esse tipo de mecanismo de responsabilização parte do pressuposto de que o conhecimento dos resultados estimula a mobilização das equipes escolares em busca da melhoria da educação, além de gerar pressão por parte dos pais e da comunidade sobre a escola (Zaponi; Valença, 2009). A Prova Brasil, é considerada avaliação de segunda geração, pois, a mesma:

Que ocorre a cada dois anos, foi idealizada para produzir informações a respeito do ensino oferecido por município e escola, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões sobre o direcionamento de recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. De outra parte, considera-se que essa avaliação pode funcionar como um elemento de pressão, para pais e responsáveis, por melhoria da qualidade da educação de seus filhos, uma vez que, a partir da divulgação dos resultados, eles podem cobrar providências para que a escola melhore. (Bonamino; Sousa, 2012, p. 378-379).

Assim sendo, este tipo de avaliação possui ênfase qualitativa e diagnóstica. Além da medida quantitativa, passou-se a valorizar aspectos qualitativos da educação. A segunda geração enfatizava a importância do feedback para professores e instituições, permitindo uma reflexão sobre as práticas pedagógicas.

Já a terceira geração é uma avaliação Formativa e Inclusiva, como o SAEB. Para, Bonamino e Sousa (2012), há especificidades nas avaliações educacionais e no uso de seus resultados que ilustram as características das relações entre avaliações de terceira geração, políticas de responsabilização e currículo escolar.

As avaliações são integradas ao processo educativo, ajudando no acompanhamento contínuo da aprendizagem e permitindo ajustes pedagógicos em tempo real. Há um maior foco em garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, econômicas ou culturais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Avaliações se propõem a identificar e eliminar desigualdades. Mas, existem autores que discordam desta concepção e argumentam que:

A avaliação a ser desenvolvida pelo professor em sala de aula não pode ficar condicionada a esse formato da avaliação de larga escala que limita e restringe a coleta de informação e a análise de resultados por utilizar, quase que maciçamente, a medição das respostas por itens do tipo objetivo. As medidas realizadas pelo professor devem ir além dos resultados de uma prova objetiva. Devem permitir identificar não só o que o aluno sabe, mas compreender por que não sabe (Sousa; Ferreira, 2019, p.18-19).

Corroboramos com a ideia dos autores, pois, a avaliação realizada pelos professores em sala de aula não deve se basear exclusivamente em testes de larga escala, que geralmente utilizam questões objetivas. Essas avaliações limitam a coleta de informações e a análise dos resultados, pois focam apenas nas respostas corretas. As avaliações dos professores devem ir além desse formato, permitindo não apenas identificar o conhecimento dos alunos, mas também entender suas dificuldades e lacunas no aprendizado. Isso sugere uma abordagem mais profunda e qualitativa na avaliação, que considera o processo de aprendizagem de forma mais ampla.

As avaliações de segunda e terceira geração, juntamente com a implementação de políticas de responsabilização que se baseiam em consequências simbólicas e materiais, visam estabelecer incentivos para que os professores se empenhem no aprendizado dos alunos.

Contudo, evidências tanto nacionais quanto internacionais indicam que a utilização dos resultados das avaliações de terceira geração para fundamentar

iniciativas de responsabilização rigorosas pode acarretar riscos para o currículo escolar. Um dos principais riscos é a prática conhecida como "ensinar para o teste", na qual os docentes priorizam seu esforço em tópicos que são objetos de avaliação, negligenciando aspectos significativos do currículo, inclusive aqueles relacionados ao desenvolvimento não cognitivo dos estudantes (Bonamino; Sousa, 2012).

Compreende-se, portanto, que a avaliação educacional em larga escala, por sua natureza, é implementada com um propósito análogo, ou seja, oferece subsídios que fundamentam a elaboração de políticas e diretrizes alinhadas à realidade educacional nos âmbitos municipal, estadual e nacional (INEP, 2001a).

SAEB (SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA): AVALIANDO O ENSINO E APRENDIZAGEM NAS DIVERSAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO

Foi visto que a avaliação em larga escala tem se revelado uma ferramenta crucial para aprimorar a qualidade da educação, proporcionando dados e informações relevantes sobre o desempenho dos estudantes e a dinâmica das escolas. Nesse contexto, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) destaca-se como uma das principais iniciativas do governo brasileiro, possibilitando a coleta de informações abrangentes sobre o ensino e a aprendizagem nas diversas etapas da educação.

O SAEB, principal sistema de avaliação da qualidade da educação básica, avalia, a cada dois anos, uma amostra dos alunos regularmente matriculados na 4^a e na 8^a série (6^º e 9^º ano) do ensino fundamental e no 3^º ano do ensino médio, em escolas públicas e privadas localizadas em área urbana e rural (Bonamino; Sousa, 2012, p. 376).

Nota-se, a partir da visão dos autores que, SAEB é o principal método utilizado no Brasil para avaliar a qualidade da educação fundamental e média. O Saeb realiza avaliações a cada dois anos com uma amostra de alunos matriculados na 4^a e 8^a séries do ensino fundamental (equivalentes ao 6^º e 9^º anos) e no 3^º ano do ensino médio. A avaliação abrange tanto escolas públicas

quanto privadas, em áreas urbanas e rurais, permitindo assim uma análise abrangente da educação no país.

O SAEB pretende contribuir, por um lado, para a universalização do acesso à escola e, por outro, para a ampliação da equidade e da eficiência do sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, fornece subsídios à formulação de políticas e diretrizes adequadas à diversidade de situações presentes nos estados e regiões brasileiras, constituindo-se como uma referência nacional no que diz respeito ao desempenho escolar da população discente (Ferrão et.al. 2001, p. 112).

Assim, o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) visa promover o acesso universal à educação e melhorar a equidade e eficiência do sistema educacional no Brasil. Ele oferece informações que ajudam na criação de políticas educacionais adequadas para as diferentes realidades dos estados e regiões do país, tornando-se uma referência importante para avaliar o desempenho escolar dos alunos.

Para realizar a avaliação proposta pelo SAEB são utilizados, fundamentalmente, dois instrumentos: provas, pelas quais é determinado o nível de desempenho dos alunos em diferentes disciplinas e séries; e questionários contextuais para alunos, turmas, professores, diretores e escolas, pelos quais são investigados os fatores associados ao desempenho desses alunos (Ferrão et.al. 2001, p. 112).

O Saeb é uma responsabilidade do Inep, ligado ao MEC, e foi estabelecido em 1990, sendo realizado a cada dois anos desde 1995. Ele abrange todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, aplicando testes de natureza amostral fundamentados na Teoria da Resposta ao Item (TRI). Seu principal objetivo é avaliar a qualidade do ensino oferecido, por meio da medição de conhecimentos e habilidades dos estudantes, visando à melhoria da qualidade educacional e à redução das desigualdades no setor (Cotta, 2001; Franco, 2001).

Os dados obtidos por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) possibilitam a formulação de propostas de programas que promovam a melhora na eficácia das instituições escolares. A avaliação do desempenho dos alunos, conforme os resultados do SAEB, permite uma análise mais ampla do desempenho dos sistemas educacionais, proporcionando informações valiosas que viabilizam a implementação de iniciativas e projetos direcionados à elevação da qualidade educacional. (Ferrão et.al. 2001).

Portanto, o desempenho escolar é influenciado por uma variedade de fatores. Esse desempenho não apenas reflete as habilidades e experiências que o aluno traz consigo, como também é impactado pelas condições oferecidas pela escola, incluindo a qualidade do ensino, as instalações e o ambiente escolar. Para investigar a complexidade dos fatores que afetam o desempenho escolar, é essencial utilizar instrumentos de modelagem que apresentem um nível de complexidade semelhante.

A construção do Saeb possibilitou pela primeira vez no país um instrumento nacional, que permitisse a coleta de informações a respeito do desempenho dos alunos a partir de uma matriz de referência de conhecimentos, associada à coleta de informações a respeito da gestão e organização das escolas e do perfil socioeconômico dos alunos. Relembrando que a disponibilidade de um bem público deve ser permanente e não restritiva, e ainda gerar externalidades positivas na sociedade. O modelo utilizado é originário das experiências anteriores, principalmente dos modelos e bancos de itens da Fundação Carlos Chagas, e da ação dos atores individuais e institucionais no seu processo de formulação e implementação, como descrevemos no capítulo anterior (Stoco, 2006, p. 106)

Os itens da avaliação são desenvolvidos com base em uma matriz de referência que utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Essa teoria não apenas leva em conta o número de acertos, mas também avalia a habilidade do avaliado e as características das questões, sendo cada item considerado uma unidade fundamental de análise. Dessa forma, o número de questões em cada nível de dificuldade pode impactar os resultados. Cada item é qualificado segundo parâmetros como "poder de discriminação" — que mede a capacidade do item em diferenciar entre os estudantes que possuem a proficiência necessária e aqueles que não a possuem — além do grau de dificuldade e da probabilidade de acerto ao acaso, também conhecido como "chute" (MEC, 2018).

No que tange ao desempenho dos alunos no SAEB, Andrade; Laros, (2007, p. 35) observou que:

O desempenho escolar do aluno é resultante de uma complexa interação entre vários fatores que atuam simultaneamente em diversos níveis da inserção social (Barbosa & Fernandes, 2001). Na literatura pertinente, algumas variáveis são relacionadas com o desempenho escolar. Por exemplo, verificou-se que no SAEB de 1997 os alunos com melhor condição socioeconômica, trajetória escolar regular, do sexo masculino e que estudam em escolas particulares são aqueles com melhor desempenho em Matemática (Soares & cols., 2001). Com base nos mesmos dados e usando modelo de regressão multinível, Barbosa e Fernandes (2001) verificaram que, depois do controle do

nível socioeconômico do aluno, variáveis referentes à infraestrutura e aos equipamentos escolares são preditoras de um bom desempenho dos alunos. Os mesmos autores assinalam que, quando se objetiva pesquisar sobre o desempenho escolar, o nível socioeconômico familiar e o conhecimento prévio do aluno devem ser primeiramente considerados.

Conforme divulgado no site do Inep (2020), é fundamental destacar que as escalas de proficiência podem ser vistas como uma régua elaborada com base nos critérios definidos para os itens utilizados nas edições do teste. A cada ciclo de avaliação, o conjunto de itens aplicado nos testes de desenvolvimento é posicionado na escala de proficiência conforme os parâmetros determinados a partir da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Após a realização do teste, a descrição dos itens da escala fornece uma explicação probabilística sobre as habilidades demonstradas em cada intervalo da escala.

Ao longo de seus 30 anos, o SAEB passou por diversas transformações. Uma das principais mudanças foi a unificação de sua nomenclatura, adotando apenas o nome Saeb e abandonando as denominações anteriores de Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Anresc), também conhecida como Prova Brasil. Atualmente, o Saeb abrange toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Outra modificação importante é que a avaliação é realizada em anos ímpares, com a divulgação dos resultados ocorrendo em anos pares (INEP/MEC, 2020).

Atualmente, os processos de avaliação desempenham um papel fundamental nas políticas públicas, sendo utilizados para analisar a agenda, a formulação, a implementação, os resultados, os impactos e até mesmo a própria avaliação de programas e políticas. As razões que justificam essa ênfase são diversas e podem ser atribuídas a fenômenos políticos, econômicos e culturais, além de se agruparem em categorias sociológicas. Como destaca Pestana (1998), as razões que explicam a eclosão de investimentos e propostas na área de avaliação são variadas, porém de caráter confluente: a) ênfase na qualidade, b) políticas de descentralização e c) pressão social. Essas características do ambiente social estabelecem uma relação de causa e efeito que contribui para o crescente interesse acadêmico por temas relacionados à avaliação e à análise de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos aqui realizados entende-se que, as concepções da avaliação educacional revelam a evolução dessa prática ao longo do tempo. Tradicionalmente, a avaliação era vista como um instrumento de mensuração do aprendizado, focando em resultados quantitativos e na aplicação de testes padronizados. Entretanto, abordagens contemporâneas enfatizam a avaliação formativa, que considera o processo de aprendizado como um todo, incluindo aspectos qualitativos e contextuais.

A avaliação educacional deve ser entendida como um suporte ao desenvolvimento do aluno, promovendo reflexões sobre o aprendizado e oferecendo feedback construtivo. Além disso, a participação dos alunos no processo avaliativo é fundamental, pois estimula a autonomia e a autorreflexão.

Assim, a concepção da avaliação educacional deve ser ampliada para abranger a diversidade de saberes e experiências, respeitando as individualidades e promovendo uma educação mais inclusiva e significativa. A avaliação, portanto, deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico, que vai além da simples atribuição de notas, contribuindo para a formação integral dos educandos.

Foi visto que, a avaliação em larga escala passou por três gerações distintas, cada uma refletindo diferentes contextos e objetivos educacionais. A primeira geração focou em medir resultados de aprendizado de forma quantitativa, visando apenas a comparação entre escolas e estudantes. Na segunda geração, houve uma ampliação do escopo, incorporando aspectos qualitativos e buscando entender os processos de ensino-aprendizagem. Por fim, a terceira geração enfatiza a utilização dos dados das avaliações para promover melhorias nos sistemas educacionais, priorizando a análise crítica e a reflexão sobre as práticas pedagógicas. Essa evolução mostra uma crescente valorização do uso das avaliações não apenas como ferramentas de mensuração, mas como meios para promover desenvolvimento e transformação educacional.

O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) desempenha um papel crucial na avaliação da qualidade do ensino e da aprendizagem nas diferentes etapas da educação no Brasil. Ao fornecer dados sobre o

desempenho dos estudantes, o SAEB permite identificar lacunas e áreas que necessitam de melhorias, contribuindo para a formulação de políticas educacionais mais eficazes. Além disso, as informações geradas ajudam escolas e professores a ajustar suas práticas pedagógicas, promovendo um ensino mais alinhado às necessidades dos alunos. Em suma, o SAEB não apenas monitora a aprendizagem, mas também serve como um instrumento de diagnóstico e melhoria contínua na educação básica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joseemberg M. de; LAROS, Jacob A. Fatores Associados ao Desempenho Escolar: Estudo Multinível com Dados do SAEB. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan-Mar 2007, Vol. 23 n. 1, pp. 033-042

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia . Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em:

DIAS SOBRINHO, J. (2002). **Universidade e Avaliação**: entre a ética e o mercado, Florianópolis: Insular. 2002. 192 p. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org>. Acesso em: nov. 2024.

FERRÃO, Maria Eugenia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; FERNANDES, Cristiano; SANTOS, Denis; Suárez, Mayte; ANDRADE, Adler do Couto. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.18, n.1/2, jan./dez. 2001.

FRANCO, Creso. O SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, maio/jun./jul./ago. 2001.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil:** dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar para promover:** As setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, C.C. **A avaliação da aprendizagem escolar.** 15^a ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação:** questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018. DISPONÍVEL EM: <https://periodicos.uninove.br>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

MEC/INEP. **Matrizes Curriculares de Referência: SAEB.** (2a ed.). Brasília: MEC/INEP. 1999.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. Avaliação educacional: o sistema nacional de avaliação da Educação Básica. In: RICO, Elizabeth Melo. (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, IEE, 1998. p. 53-73.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar?:** critérios e instrumentos. 16.ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SAUL, Ana Maria Avelã. **A avaliação educacional.** Série Ideias, nº 22, São Paulo: FDE, 1994, p.61-68. disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf_acesso em: 25 de nov. 2024.

SORDI, M. R. L. de (2002). Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In: B. M. de F. Villas Boas. (Ed.). **Avaliação:** políticas e práticas (pp.65-81). Campinas: Papirus.

SOUSA, Clarilza Prado de; FERREIRA, Sandra Lúcia. Avaliação de larga escala e da aprendizagem na escola: um diálogo necessário. **Psicologia da educação**, n. 48, p. 13-23, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/psie/n48/2175-3520-psie-48-13.pdf>. Acesso: nov. 2024

STOCO, Sérgio. SAEB: uma análise da política. Campinas, São Paulo, 2006.

ZAPONI, Margareth; VALENÇA, Epifânia. **Política de responsabilização educacional:** a experiência de Pernambuco. Abr. 2009. Disponível em: <www.abave.org.br>.